

En Eveline Moura, Cleberson Disessa, Cairo Gomes Fernandes y Carlos Magno Pereira, *Convergências e Rupturas na Educação, Psicologia e Gestão Educacional*. Pouso Alegre (Brasil): Autores.

O crioulo haitiano na educação escolar: direitos linguísticos e inclusão.

Maxo St Victor.

Cita:

Maxo St Victor (2025). *O crioulo haitiano na educação escolar: direitos linguísticos e inclusão*. En Eveline Moura, Cleberson Disessa, Cairo Gomes Fernandes y Carlos Magno Pereira *Convergências e Rupturas na Educação, Psicologia e Gestão Educacional*. Pouso Alegre (Brasil): Autores.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/13>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/GQp>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O CRIOULO HAITIANO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIREITOS LINGUÍSTICOS E INCLUSÃO

THE HAITIAN CREOLE IN SCHOOL EDUCATION: LINGUISTIC RIGHTS AND INCLUSION

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO, PSICOLOGIA E DIVERSIDADE

Maxo St Victor – stvictormaxo@gmail.com¹

Resumo

Este artigo analisa a relação entre diversidade cultural, direitos linguísticos e inclusão educacional no Haiti, com foco no papel do crioulo haitiano no processo de democratização do ensino. Embora seja a língua materna da maioria da população, o crioulo foi historicamente marginalizado em favor do francês, o que gerou desigualdades de acesso e permanência escolar. A pesquisa, de caráter documental e bibliográfico comparativo, examina políticas linguísticas e educacionais haitianas à luz de referenciais teóricos que compreendem a linguagem como instrumento de emancipação e de formação identitária. Fundamentado em Skutnabb-Kangas (2000), Freire (1987) e Hornberger (2008), o estudo evidencia que a valorização da língua materna contribui para o desenvolvimento psicossocial dos estudantes, fortalecendo autoestima, pertencimento e participação cidadã. Os resultados demonstram que reconhecer o crioulo no espaço escolar transcende a dimensão linguística, configurando-se como ação política, cultural e psicopedagógica voltada à equidade e à justiça social. Conclui-se que a promoção do bilinguismo crítico e da diversidade linguística é essencial para uma educação haitiana mais inclusiva e democrática, capaz de integrar identidade, cultura e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Diversidade cultural; Direitos linguísticos; Língua materna; Haiti.

Abstract

This article analyzes the relationship between cultural diversity, linguistic rights, and educational inclusion in Haiti, focusing on the role of Haitian Creole in the process of democratizing education. Although it is the mother tongue of the majority of the population, Creole has historically been marginalized in favor of French, resulting in inequalities in access to and retention within schools. The research, based on documentary analysis and comparative bibliographic review, examines Haitian linguistic and educational policies in light of theoretical frameworks that understand language as a tool for emancipation and identity formation. Drawing on Skutnabb-Kangas (2000), Freire (1987), and Hornberger (2008), the study demonstrates that valuing the mother tongue contributes to students' psychosocial development, enhancing self-esteem, sense of belonging, and civic participation. The results indicate that recognizing Creole in the school environment goes beyond the linguistic dimension, constituting a political, cultural, and psycho pedagogical action aimed at equity and social justice. It is concluded that promoting critical bilingualism and linguistic diversity is essential for a more inclusive and democratic Haitian education, capable of integrating identity, culture, and learning.

Keywords: Inclusive education; Cultural diversity; Linguistic rights; Mother tongue; Haiti.

¹ Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a relação entre diversidade cultural, direitos linguísticos e inclusão educacional no contexto haitiano, com ênfase no papel do crioulo haitiano no processo de escolarização e na democratização do ensino. Embora o crioulo seja a língua materna da maioria da população, sua presença nos espaços formais de ensino foi historicamente marginalizada em favor do francês, o que produziu desigualdades de acesso, permanência e aproveitamento escolar.

Essa exclusão linguística reflete, de modo mais amplo, processos de desvalorização cultural e simbólica que impactam a constituição identitária e emocional dos sujeitos aprendentes. A relevância do tema reside no reconhecimento de que os direitos linguísticos integram os direitos humanos e que a educação inclusiva só se realiza plenamente quando considera a língua e a cultura dos estudantes como elementos constitutivos de sua subjetividade e pertencimento social.

Assim, compreender o papel do crioulo haitiano na educação implica examinar como as políticas linguísticas e educacionais refletem disputas históricas entre dominação e resistência cultural. A língua, nesse contexto, não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um marcador de poder, identidade e pertencimento social.

No caso haitiano, a promoção do crioulo na educação não é apenas uma questão pedagógica, mas também política, social e psicológica, vinculada à democratização do ensino e à afirmação das identidades culturais e afetivas da população. A problemática pode ser sintetizada na seguinte questão: como os direitos linguísticos influenciam a inclusão, a diversidade cultural e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes haitianos?

A relevância dessa questão reside em situar o debate haitiano no marco das discussões contemporâneas sobre direitos linguísticos e educação inclusiva. Investigar o papel do crioulo significa também questionar os mecanismos simbólicos de exclusão ainda presentes no sistema educacional e refletir sobre as possibilidades de uma pedagogia que reconheça a pluralidade cultural como valor democrático.

A partir desse questionamento, busca-se compreender as implicações do reconhecimento do crioulo como língua de ensino e de sua valorização nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas. O objetivo central é analisar a centralidade do crioulo haitiano como instrumento de democratização e inclusão na educação haitiana, destacando seus efeitos sobre a equidade e a formação identitária dos sujeitos.

A metodologia baseia-se em estudo documental e levantamento bibliográfico comparativo, com foco nas políticas linguísticas do Haiti e em diálogos internacionais sobre diversidade cultural, bilinguismo e direitos humanos.

O referencial teórico apoia-se em Skutnabb-Kangas (2000), que entende os direitos linguísticos como parte dos direitos humanos fundamentais; em Freire (1987), que compreende a linguagem como instrumento de emancipação e construção da consciência crítica; e em Hornberger (2008), que discute o bilinguismo e a inclusão como práticas de equidade social.

Esses aportes sustentam a hipótese de que a valorização do crioulo haitiano na escola contribui para a equidade educacional, o fortalecimento das identidades culturais e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para tanto, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a metodologia adotada; a segunda discute os principais referenciais teóricos; a terceira dedica-se à análise e discussão dos resultados, examinando documentos e políticas linguísticas haitianas à luz desses referenciais; e a quarta reúne as considerações finais, destacando as contribuições do estudo para o debate sobre inclusão e diversidade linguística.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota como estratégia metodológica o estudo documental e bibliográfico de caráter comparativo, por permitir analisar de forma integrada os marcos normativos e políticos que tratam da questão linguística no Haiti e as reflexões acadêmicas que sustentam o debate sobre diversidade cultural e inclusão em contexto haitiano.

Foram examinados documentos oficiais produzidos entre 1982 e 2025, incluindo constituições, leis, planos nacionais de educação, relatórios de organismos internacionais (UNESCO, UNICEF) e textos institucionais do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (MENFP). Esses materiais foram selecionados por sua relevância para compreender a trajetória das políticas linguísticas e educacionais haitianas, bem como as transformações recentes na promoção do bilinguismo.

No campo bibliográfico, o levantamento concentrou-se em obras e artigos científicos que discutem direitos linguísticos, bilinguismo, equidade educacional e inclusão social, com ênfase em autores que abordam a relação entre língua, poder e emancipação (Freire, 1987; Skutnabb-Kangas, 2000; Hornberger, 2008; St Victor & Martiniak, 2025a, 2025b, 2025c; Trouillot, 1990), entre outros.

A articulação entre fontes normativas e produção científica permite compreender como as políticas linguísticas incidem sobre a democratização da educação no Haiti. Assim, a análise não se limita à descrição de documentos, mas busca interpretá-los criticamente à luz dos referenciais teóricos, evidenciando suas implicações sociais, culturais e pedagógicas.

Essa abordagem está alinhada aos princípios da pesquisa qualitativa interpretativa, centrada na compreensão de significados e nas conexões entre linguagem, identidade e inclusão educacional.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reflexão sobre diversidade cultural, direitos linguísticos e inclusão educacional requer um referencial que articule de forma crítica os conceitos de linguagem, poder e emancipação. Nesse sentido, as contribuições de Freire (1987), Skutnabb-Kangas (2000) e Hornberger (2008) convergem ao reconhecer a língua como dimensão essencial da formação humana e instrumento de justiça e equidade social, ainda que partam de fundamentos epistemológicos distintos.

Para Freire (1987), a linguagem é um ato político e libertador. O autor sustenta que o domínio da palavra é condição para o exercício da consciência crítica e, portanto, para a transformação social. Ao discutir a “palavra verdadeira” como síntese entre reflexão e ação, Freire afirma que negar a linguagem do oprimido significa negar sua própria humanidade.

Essa perspectiva possibilita compreender que a desvalorização do crioulo haitiano representa uma forma de silenciamento cultural e de negação simbólica do sujeito popular, perpetuando hierarquias coloniais dentro da escola. Promover a língua materna, portanto, significa devolver voz e poder de significar ao educando, fortalecendo sua identidade e seu lugar de fala.

De modo convergente, Skutnabb-Kangas (2000) considera a língua materna um direito humano fundamental. A autora argumenta que a imposição de uma língua dominante nos processos educativos pode configurar o que denomina de “genocídio linguístico” — conceito que, em sua obra, refere-se não à eliminação física de grupos, mas à morte cultural e simbólica decorrente da supressão sistemática das línguas minoritárias.

Tal exclusão, segundo a autora, compromete o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e aprofunda desigualdades estruturais. A partir dessa leitura, a defesa do crioulo haitiano na educação assume um caráter ético, jurídico e pedagógico, pois envolve garantir o direito à aprendizagem em condições de respeito à identidade cultural dos estudantes.

Já Hornberger (2008) amplia o debate ao introduzir os conceitos de bilinguismo aditivo e ecologia das línguas, ressaltando que a coexistência de idiomas pode promover equidade social

quando ocorre em bases simétricas e mutuamente valorizadas. A autora adverte que políticas bilíngues meramente formais — nas quais uma língua mantém o prestígio e a outra é tratada como subsidiária — não produzem inclusão real.

A democratização efetiva do ensino, nesse sentido, exige práticas pedagógicas que legitimem a língua materna como veículo de pensamento e produção de conhecimento, em sintonia com a visão freireana de uma educação dialógica e crítica, na qual o educando é reconhecido como produtor de cultura e sujeito histórico.

O diálogo entre esses autores permite compreender que a valorização do crioulo haitiano ultrapassa o campo linguístico: trata-se de uma ação pedagógica, política e psicossocial voltada à reconstrução da autoestima coletiva e à afirmação das identidades afro-caribenhas.

Ao integrar Freire (1987), Skutnabb-Kangas (2000) e Hornberger (2008), este estudo adota uma perspectiva interdisciplinar que compreende a língua como prática social e espaço de resistência frente às desigualdades históricas. Assim, a fundamentação teórica sustenta a hipótese de que uma educação comprometida com os direitos linguísticos constitui condição indispensável para a construção de uma sociedade haitiana mais democrática, diversa e culturalmente inclusiva.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. O LEGADO COLONIAL E A MARGINALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CRIOULO HAITIANO

Após o extermínio total da população indígena que habitava a ilha de Hispaniola, resultado da colonização iniciada no final do século XV, durante as grandes navegações, negros africanos foram trazidos para a América. Esses africanos, oriundos de diferentes tribos, não falavam a mesma língua. Em outras palavras, falavam línguas diversas, muitas vezes consideradas dialetos. Foi, portanto, necessário encontrar uma forma de comunicação comum.

É nesse contexto que, na colônia de São Domingos, desenvolve-se uma forma linguística ao lado do francês — a língua dos colonizadores. A língua que nasce desse processo é o crioulo haitiano (kreyòl ayisyen).

Essa língua permanece a mais falada na parte oeste da ilha, conhecida como Haiti, apesar da presença total da França nessa região desde o Tratado de Ryswick, de 1697, pelo qual a Espanha se retirou dessa parte para estender sua hegemonia sobre o leste da ilha, a atual República Dominicana.

Após a independência de 1804, o francês foi mantido como língua oficial, embora a maioria da população fosse crioulofona. Isso revela uma profunda contradição na construção da identidade haitiana. É legítimo, portanto, formular a seguinte questão: como falar de uma identidade

haitiana sem levar em conta o crioulo haitiano, ao lado do vodu, dois elementos fundamentais na luta pela independência do país?

Em busca de respostas a essas questões, nosso primeiro passo foi recorrer à legislação haitiana. Observamos que a primeira constituição do país, embora reconheça implicitamente o vodu como religião, não se posiciona quanto ao outro elemento identitário fundamental: a língua crioula. O artigo 50 dessa constituição estabelece que “a lei não admite religião dominante” (Haiti, 1805). Em um Haiti em processo de formação, esse elemento identitário era, portanto, essencial nesse percurso de construção nacional.

Em seu estudo sobre a origem do sistema educacional haitiano, a reflexão do sociólogo Joint (2009, p. 225) sobre esse processo conduz a questionamentos como: Qual foi a natureza e a orientação desse novo Estado? Que tipo de cidadão se pretendia formar?

Ao observar a função da escola na construção do novo Estado haitiano, é possível compreender o modelo de cidadão idealizado pelo poder público. Nesse sentido, Joint (2009, p. 225) relata que “Em 1805, os fundadores desse Estado haviam criado seis escolas nacionais nos seis distritos militares do país. Mais tarde, foram abertas escolas superiores em Porto Príncipe para formar os quadros do país.”

Essas escolas tinham como objetivo formar uma elite administrativa e política, cuja língua de uso era o francês. Dessa maneira, o francês reforça, como afirmam St Victor e Martiniak (2025c, p. 1), “a hegemonia da elite francófona sobre a população crioulófona, sem acesso à educação formal.”

Com base em documentos oficiais e em estudos sobre a educação haitiana nas primeiras décadas da independência, particularmente entre 1804 e 1843, os autores concluem que o uso do francês como instrumento de dominação dessa classe formada teve um impacto considerável sobre as relações sociais haitianas.

Nessa mesma perspectiva, consultamos as cinco primeiras constituições haitianas após a independência, e nenhuma delas mencionou o reconhecimento do crioulo haitiano como língua oficial (Haiti, 1805, 1806, 1807, 1811, 1816, 1843). Contudo, uma constituição é a norma jurídica que ocupa o topo da hierarquia das leis em uma sociedade.

De todos esses elementos, a literatura histórica haitiana, representada por Nicholls (1979) e Trouillot (1990), reforça a importância do reconhecimento do crioulo como elemento central da identidade nacional e da inclusão educacional. O uso prolongado do francês nas escolas, especialmente no período pós-independência, limitou a participação de grandes segmentos da população e contribuiu para a perpetuação de desigualdades socioeducacionais.

Essa herança sociolinguística criou uma hierarquia entre o francês — símbolo de status e poder — e o crioulo, associado às classes populares. Esse cenário histórico explica a dificuldade em consolidar o crioulo como língua de ensino e o impacto dessa exclusão na formação de uma educação verdadeiramente democrática. Com esse pano de fundo, torna-se possível compreender as tentativas contemporâneas de reformar o sistema educacional haitiano e reconhecer o crioulo oficialmente como língua de instrução.

4.2. O RECONHECIMENTO LEGAL DO CRIOULO E OS LIMITES DA SUA IMPLEMENTAÇÃO

A análise documental e bibliográfica evidencia que a posição do crioulo haitiano no sistema educacional tem sido historicamente marginalizada. A Reforma Educativa de 1982 instituiu o crioulo nos ciclos de ensino do jovem haitiano: “Está claramente demonstrado que nenhum ensino é mais eficaz e deixa marcas mais profundas do que aquele que passa pela língua materna” (Haiti, 1982, p. 38).

Mas esta medida ainda permanece sem alcance nacional consolidado. “O crioulo, língua materna que une todos os haitianos, ainda não ocupa o lugar que merece no processo de elaboração e implementação dos diferentes instrumentos destinados a orientar e gerir os assuntos do país” (Haiti, 2018, p. 10).

A aplicação limitada restringe a equidade e o acesso de alunos rurais e periféricos a uma aprendizagem plena. Os relatórios da UNESCO (2016, 2022) e do UNICEF (2015) reforçam essa constatação: embora haja reconhecimento internacional do valor da língua materna para a inclusão e equidade, a aplicação prática no Haiti enfrenta desafios estruturais, incluindo a escassez de professores capacitados, a falta de materiais didáticos em crioulo e a resistência institucional à mudança.

Esses documentos evidenciam que a marginalização do crioulo não se limita à esfera educacional, mas reflete um fenômeno mais amplo de exclusão cultural e social, que compromete a democratização da educação. Nesse quadro, St Victor e Martiniak (2025b, p. 1) discutem a importância do ensino na língua materna como estratégia para democratizar a educação no Haiti. Esse quadro de tensões políticas e estruturais abre caminho para uma leitura teórica que aprofunda o sentido emancipador da língua e da educação.

4.3. A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE E EMANCIPAÇÃO: LEITURAS TEÓRICAS APLICADAS

Skutnabb-Kangas (2000) argumenta que negar o direito à educação na língua materna constitui uma violação dos direitos humanos, pois impede o pleno desenvolvimento intelectual e cultural do estudante. Em consonância, a Reforma de 1982 não apenas sublinha o papel crucial do crioulo, mas também inclui medidas de promoção do bilinguismo, como estratégias para formar crianças bilíngues em crioulo e francês.

“As duas línguas serão ensinadas ao mesmo tempo: o crioulo como língua materna e o francês, finalmente, abordado como língua estrangeira. É, portanto, o crioulo que cumpre o papel necessário e fundamental da linguagem no desenvolvimento mental da criança até a idade em que ela deve ingressar na escola” (Haiti, 1982, p. 38-39).

Os documentos haitianos evidenciam que a falta de políticas bilíngues perpetua barreiras à equidade educacional. Por sua vez, Hornberger (2008) oferece uma perspectiva crítica sobre o bilinguismo, enfatizando que políticas que apenas incorporam duas línguas formalmente não são suficientes; é necessário criar condições estruturais e pedagógicas que permitam que todos os estudantes participem efetivamente do processo educativo.

Essa abordagem permite interpretar os resultados haitianos como indicativos de avanços iniciais, mas ainda insuficientes para garantir inclusão real. Freire (1987) ressalta que a linguagem é instrumento de emancipação. No contexto haitiano, a desvalorização histórica da língua crioula e das epistemologias afro-caribenhas contribuiu para um sentimento de desconexão entre os estudantes e o processo escolar (St Victor & Martiniak, 2025a, p. 3).

A adoção de políticas bilíngues e a valorização do crioulo, conforme apontam os documentos analisados, têm potencial de promover autonomia cultural, autoestima e maior participação cidadã, confirmando a hipótese de que a valorização da língua materna fortalece identidades culturais e promove equidade educacional.

Os dados atuais indicam políticas recentes, ainda tímidas, que valorizam o bilinguismo e reconhecem o papel do crioulo. Dessa forma, observa-se que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva no Haiti depende da transformação dessas políticas em práticas estruturadas e contínuas.

Finalmente, os resultados indicam que a efetiva integração do crioulo haitiano na educação requer mais do que decisões políticas: demanda capacitação docente, produção de materiais didáticos, formação de gestores escolares e estratégias de sensibilização social.

Com base em autores como Skutnabb-Kangas (2000), Hornberger (2008) e Freire (1987), o cruzamento entre documentos e teoria permite concluir que o reconhecimento do crioulo não é apenas simbólico, mas constitui um instrumento concreto de inclusão, diversidade e democratização, reafirmando o papel da língua materna como elemento central de uma educação emancipadora..

CONCLUSÃO

O estudo evidencia que a valorização do crioulo haitiano na educação constitui um eixo fundamental para a promoção da inclusão, da diversidade cultural e da equidade no sistema educacional do Haiti. Ao reconhecer a língua materna como um direito linguístico e humano, a escola torna-se um espaço de acolhimento das identidades culturais e subjetivas dos estudantes, possibilitando processos de aprendizagem mais significativos e socialmente justos.

A presença do crioulo no ensino, portanto, transcende a dimensão linguística: representa uma ação política, cultural e psicopedagógica que favorece o desenvolvimento integral dos sujeitos e o fortalecimento de sua autoestima e pertencimento social. A análise demonstra que, apesar de avanços normativos e discursivos, persistem desafios estruturais que limitam a efetivação dessa política, como a falta de formação docente específica, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência institucional à transformação de práticas escolares.

Superar tais barreiras requer políticas públicas consistentes, investimentos em capacitação e, sobretudo, uma mudança de paradigma educacional que reconheça a pluralidade linguística como elemento constitutivo da cidadania. Dessa forma, confirma-se a hipótese de que a promoção da língua materna na educação haitiana contribui para a democratização do ensino e para a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Valorizar o crioulo no espaço escolar é, simultaneamente, afirmar a dignidade cultural do povo haitiano e consolidar um projeto educativo comprometido com a diversidade, a justiça social e a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Haiti. *Constitution du 2 juin 1816.* , (1816).
- Haiti. *Constitution du 27 décembre 1806.* , (1806).
- Haiti. *Constitution du 27 février 1807.* , (1807).
- Haiti. *Constitution du 30 décembre 1843.* , (1843).

- Haiti. *Constitution impériale du 20 mai 1805.*, (1805).
- Haiti. *Constitution royale du 28 mars 1811.*, (1811).
- Haiti. Ministère de l'Éducation Nationale (MEN). (1982). *La réforme éducative: éléments d'information.* [S.l.: s.n.].
- Haiti. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). (2018). *Plan décennal d'éducation et de formation 2017–2027.* Port-au-Prince: MENFP. Disponível em <http://50.21.183.214/assets/strategiepays/412.pdf>
- Hornberger, N. H. (2008). Bilingual education and language policy. In N. H. Hornberger (Ed.), *Encyclopedia of language and education* (2^a ed.). Boston: Springer.
- Joint, L. A. (2009). L'école dans la construction de l'État. Em M. Hector & L. Hurbon (Org.), *Genèse de l'État haïtien (1804-1859)* (p. 225–241). Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme. <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmh.9760>
- Nicholls, D. (1979). *Education in Haiti: Historical perspectives.* Kingston: University of the West Indies Press.
- Skutnabb-Kangas, T. (2000). Linguistic human rights: Past and present. In N. H. Hornberger (Ed.), *Encyclopedia of language and education* (Vol. 4). Boston: Springer.
- St Victor, M., & Martiniak, V. L. (2025a, 4 de agosto). Decolonizing education: The role of interdisciplinary pedagogy in reframing Haitian school curricula. In *VI Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, 5. Anais...* Brasil: Even3. Disponível em <https://www.even3.com.br/anais/congresso-brasileiro-interdisciplinar-ciencia-tecnologia/1176323-decolonizing-education--the-role-of-interdisciplinary-pedagogy-in-reframing-haitian-school-curricula>
- St Victor, M., & Martiniak, V. L. (2025b, 29 de julho). Ensinar as crianças em sua língua materna: Uma alternativa para democratizar a educação no Haiti. In *Simpósio em Psicologia Concreta: "Psicologia Concreta e século XXI"*, 1. *Anais...* Ponta Grossa: Even3. Disponível em <https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075720-ensinar-as-criancas-em-sua-lingua-materna--uma-alternativa-para-democratizar-a-educacao-no-haiti>
- St Victor, M., & Martiniak, V. L. (2025c). Língua e poder no Haiti (1804-1843): A educação como instrumento de elites. *Anais do Simpósio em Psicologia Concreta: "Psicologia Concreta e século XXI"*, 1, 1–5. Ponta Grossa: Even3. Recuperado de [https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075719-lingua-e-poder-no-haiti-\(1804-1843\)--a-educacao-como-instrumento-de-elites](https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075719-lingua-e-poder-no-haiti-(1804-1843)--a-educacao-como-instrumento-de-elites)

Trouillot, M.-R. (1990). *Haiti: State against nation: The origins and legacy of Duvalierism*.

London: Verso.

UNESCO. (2003). *Education in a multilingual world: UNESCO education position paper*.

Paris: UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129728>

UNESCO. (2022). *Global education monitoring report 2022: Inclusion and equity in education*. Paris: UNESCO. Disponível em

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377031>

UNICEF. (2025). *Every child learns in Haiti*. Port-au-Prince: UNICEF. Disponível em

<https://www.unicef.org/lac/en/every-child-learns-haiti>